



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ESCLARECIMENTO

A Assessoria Técnica de Licitações comparece, em atenção ao pedido de impugnação ao edital, para informar o que se segue:

1) O Pregão Eletrônico nº 31/2023 tem como objeto a prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado integrado, com utilização de cartão magnético ou microprocessado de gerenciamento para aquisição de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel) e para manutenção preventiva e corretiva (mecânica geral, eletricidade, funilaria, pintura e lavagem, serviço de guincho, incluindo aquisição de peças de reposição, acessórios, lubrificantes e demais insumos) dos veículos oficiais (automóveis tipo passeio, pick-ups, vans, caminhões, reboques e ônibus) que compõem a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, sendo o critério de julgamento do certame o menor valor estimado por item, conforme dispõe o edital.

2) O item 1.3 do edital prevê que a licitante vencedora se comprometa a **não cobrar taxa de administração superior a 5% (cinco por cento)**, desconsiderando cobranças diversas relacionadas a antecipações de pagamento, nem tampouco taxa mensal fixa superior a R\$ 30,00 (trinta reais), dos estabelecimentos da rede credenciada, o que foi transposto do item 3.10.4 do Termo de Referência, sendo ambo os documentos analisados e aprovados pela Assessoria Jurídica deste Regional.

3) A impugnação apresentada busca retificar o item 1.3 do edital para que seja revisto e removido o requisito de comprometimento e cobrança de **taxa de administração superior a 5% (cinco por cento)**, desconsiderando cobranças diversas relacionadas a antecipações de pagamento, nem tampouco taxa mensal fixa superior a R\$ 30,00 (trinta reais), dos estabelecimentos da rede credenciada, alegando restrição à ampla participação e concorrência, ceerceando a participação do maior número de licitantes interessados no pregão eletrônico. Frisa, ainda, que a Administração está excedendo os limites de sua competência, interferindo na relação entre a Gerenciadora Contratada/Licitante e a sua rede credenciada, impondo valores para pagamento das transações, desconhecendo do fato de existir contratos privados firmados com cada empresa da rede, regidos pela lei civil, onde já estão estabelecidos vários prazos para pagamento e outros deveres e obrigações individualizados.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO: No caso em tela, a adoção de limite máximo da taxa de administração vem sendo uma prática da Administração Pública que já foi chancelada pelo Tribunal de Contas da União, no seu Acórdão 2312/2022, julgado recente que decide que a exigência contestada não representa interferência na relação contratual entre a contratada e os estabelecimentos credenciados, pois essa exigência encontra amparo no princípio da razoabilidade.

Definindo o percentual máximo da taxa de Administração não se pretende interferir na relação entre particular e seus estabelecimentos credenciados, mas sim, o valor máximo e os limites a essa cobrança, em que a futura contratada tem liberdade de negociar, evitando, assim, surpresas e elevação dos custos de manutenção na fase de execução contratual. Pretende-se com essa regra do edital estabelecer critérios objetivos e claros para a formação de propostas, em obediência ao princípio do julgamento objetivo das propostas, essencial no procedimento licitatório.

A limitação em comento visa evitar a prática de taxas de comissionamento abusivas, pois de nada adiantaria permitir a oferta de lances apenas do valor global estimado, que inclui a taxa de administração cobrada da Administração pela contratada, se o percentual dos credenciados pela empresa gerenciadora não fosse conhecido pela Administração Pública, restando prejudicado o objetivo da licitação, que é a obtenção da proposta mais vantajosa.

Entendemos que qualquer eventual desconto obtido na fase de lances pode ser compensado pela empresa gerenciadora com o aumento da taxa cobrada dos credenciados e repassado como custo do serviço à

contratante até o limite que foi estipulado, sem nenhuma interferência da Administração nessa negociação, sendo, portanto, regular o estabelecimento de taxa máxima no edital em tela, sem que fique configurada a restrição de participação no certame por tal exigência.

Desta feita, entendemos não haver qualquer modificação a ser feita no edital, ficando mantidos a data e horário marcados para a realização da sessão eletrônica do pregão em epígrafe, mantendo-se, ainda, as demais condições publicadas anteriormente.

Fortaleza, 5 de junho de 2023.

Andréia Vasconcelos Tomaz



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ**, **ASSESSORA**, em 05/06/2023, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0&cv=0262359&crc=E56CAC45, informando, caso não preenchido, o código verificador **0262359** e o código CRC **E56CAC45**.

2023.0.000006309-3

0262359v10